



POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2016
(Processo Administrativo n.º 08206.300105/2016-37)

ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ - POLÍCIA FEDERAL

SERVIÇO TÉCNICO E OPERACIONAL - STO/DITEL/CGTI/DLOG/PF

Lici. Termo de Referência nº 0753950/2016-STO/DITEL/CGTI/DLOG/PF

Processo nº 08206.300105/2016-37

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento e seus anexos.

1.2. A tabela abaixo apresenta a descrição dos itens a serem contratados e os valores apresentados são resultado de ampla pesquisa de mercado. Estão elencadas as quantidades de minutos máximos previstos para consumos mensais, bem como os valores unitários, mensais e anuais máximos previstos e/ou estimados.

M	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CONSUMO/UTILIZ. MENSAL PREVISTA	CONSUMO/UTILIZ. ANUAL PREVISTA
1	(LDN-FF-D1) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional, Degrau 1, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área Local e destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas de até 50 Km de distância.	200	2400
2	(LDN-FF-D2) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional, Degrau 2, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área Local e destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas de 50 Km a 100 Km de distância.	400	4800

3	(LDN-FF-D3) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional, Degrau 3, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área Local e destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas de 100 Km a 300 Km de distância.	3000	36000
4	(LDN-FF-D4) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional, Degrau 4, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área local e destinadas a telefones fixos para qualquer operadora em áreas de acima de 300 Km de distância.	24000	288000
5	(LDN-FM-VC2) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área Local e destinadas a telefones móveis de Código Nacional com o primeiro dígito igual e o segundo diferente da área Local.	3500	42000
6	(LDN-FM-VC3) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional, que abrange as ligações originadas em telefones fixos da Área Local e destinadas a telefones móveis de Código Nacional com o primeiro dígito diferente da área Local.	12000	144000
7	(LDI-FF-R1) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para os telefones fixos na Região 1: EUA (exceto Havaí e Alasca), Canadá, Finlândia, Noruega, Suécia, Bélgica, Holanda, Áustria, Dinamarca, Argentina, Chile, Japão, Austrália, Portugal, França, Espanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Suíça, Coreia do Sul, China, Grécia e Israel	200	2400
8	(LDI-FF-R2) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para os telefones fixos na Região 2: Demais países da América e da Europa	30	360
9	(LDI-FF-R3) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para os telefones fixos na Região 3: Demais países da Ásia, África, Oriente Médio, Oceania e Ilhas do Pacífico	30	360
10	(LDI-FF-R4) - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da área local para os telefones fixos na Região 4: Demais países e territórios não listados nas regiões anteriores.	30	360

11	(LDI-FM-R1) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da área local para telefones móveis na Região 1: EUA, Canadá (Inclui Alasca e Havaí);	30	360
12	(LDI-FM-R2) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para telefones móveis na Região 2: Andorra, Argentina, Liechtenstein, Luxemburgo	30	360
13	(LDI-FM-R3) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para telefones móveis na Região 3: Demais países da Ásia, África, Oriente Médio, Oceania e Ilhas do Pacífico	200	2400
14	(LDI-FM-R4) - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Internacional, que abrange as ligações originadas de telefones fixos da Área Local para telefones móveis na Região 4: Demais países que não se enquadram nos itens anteriores	150	1800

1.3. O objeto está organizado segundo critérios tarifários das chamadas telefônicas e modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

1.3.1. O quantitativo apresentado é uma estimativa, visto que a utilização prevista funda-se no somatório da utilização atual e futura, considerando a quantidade de usuários em razão de contratações futuras e nomeações de servidores, bem como, em razão de construções de novos edifícios que integrarão a Polícia Federal. Logo não é possível aferir exatamente o quantitativo do objeto a ser contratado.

1.4. O objeto será caracterizado mediante aspectos de disponibilidade, confiabilidade, estabilidade, monitoramento e elevados níveis de prestação de serviço.

1.5. O objeto descrito será contratado em licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL visando a contratação em LOTE ÚNICO, conforme preconiza a IN SLTI-MPOG nº 02/2008 (alterada pela IN SLTI n. 06/2013) que prevê no parágrafo 3º, condição para a aglutinação de serviços, casos em que o parcelamento tornar o contrato tecnicamente inviável.

1.5.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL a ser contratado.

1.5.2. Considerando a previsão de utilização dos serviços de cada item do objeto, releva-se a possibilidade da escolha da proposta pelo preço global, embora alguns itens tenham valores destoantes dos demais. Tal consideração justifica-se pelo uso da compensação. Portanto, o melhor preço global deve ser considerado com o fim de obter vantagem não apenas por item, mas, no valor global.

1.6. Não há que se falar em parcelamento do objeto nesta contratação, pois os serviços de STFC e de fornecimento de troncos digitais necessitam ser gerenciados por apenas uma empresa (a ganhadora do certame). Caso contrário, o funcionamento do sistema de telefônico não terá estabilidade, disponibilidade e confiabilidade para o seu correto funcionamento. O fornecimento do objeto de forma parcelada possibilita situações de indefinição em relação à responsável pela inoperância do sistema. Assim, até que se identifique o problema e a prestadora responsável pela sua correção, diversas ligações poderão ser perdidas e, por consequência, os trabalhos da Polícia Federal serão prejudicados.

1.7. Critérios de Sustentabilidade

1.7.1. Conforme disposto na IN nº 01/2010 do SLTI/MPOG, sobre os critérios de sustentabilidade ambiental, os bens utilizados na prestação do serviço deverão:

1.7.1.1 Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

1.7.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.7.1.3 Ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

1.7.1.4 Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)).

1.7.2. A CONTRATADA deve prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Parágrafo único.

1.7.3. A CONTRATADA deve apresentar comprovação do disposto neste item deste Termo de Referência que poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que os serviços prestados cumprem com as exigências.

2. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Polícia Federal, como toda grande organização, tem gastos volumosos com serviços de telefonia nas unidades e entidades que o compõem. Os crescentes desafios colocados para o órgão acabam induzindo o aumento da máquina administrativa e, conseqüentemente, dos gastos com seus serviços.

2.2. A CGTI é responsável por manter, gerir e fiscalizar os serviços de STFC da Polícia Federal, assim, as atividades da Polícia Federal dependem, em várias de suas atuações, dos serviços de STFC.

Portanto, para manter que várias das atuações da Polícia Federal continuem a ser executadas, faz-se necessária a contratação do serviço de STFC.

2.3. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os Licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação do serviço STFC é considerada fornecimento de SERVIÇO COMUM, pois este está disponível no mercado de prestadoras de serviço de telecomunicações e é facilmente caracterizado, conforme disposto neste Termo de Referência.

3.2. Além disso, trata-se de contratação que deva estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, razão pela qual deve ser classificada como PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO.

3.3. A prestação do serviço objeto deste Termo não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. De forma a garantir a isonomia na disputa entre as operadoras, PARA FINS DESTA LICITAÇÃO, deve ser adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL, transcrito a seguir:

I.unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;

II.tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;

III.chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no inciso VI;

IV.no caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa;

V.no caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, contada a partir do sinal audível que acompanha a mensagem característica do correio de voz;

VI.chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja

duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

4.2. A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) reservou uma faixa de numeração para ramais DDR exclusiva para utilização da Polícia Federal.

4.3. Elementos de custo como Entroncamentos, faixas de numeração, adequações na rede da CONTRATADA, entre outros, não serão discriminados, pois constituem insumos inerentes à prestação do serviço

4.4. A licitante vencedora deverá requisitar a CONTRATANTE a faixa de numeração para o novo contrato celebrado no âmbito deste processo licitatório, caso a CONTRATANTE opte por não fazer a portabilidade

4.5. A CONTRATANTE poderá solicitar a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter a(s) faixa(s) de numeração utilizada(s), sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado.

4.6. Da Garantia, Suporte e Assistência Técnica:

4.6.1. O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas

4.6.2. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade mensal mínima em 99,40% (noventa e nove por cento e quarenta centésimos) do tempo contratado.

4.6.3. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância desta.

4.6.4. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,40% (noventa e nove por cento e quarenta centésimos) do tempo contratado para STFC. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas.

4.6.5. A CONTRATADA deverá abrir chamados para reparo de eventuais problemas técnicos de forma proativa em até 15 minutos após a detecção de falha que afete o serviço contratado.

4.6.6. Entende-se por abertura do chamado o momento da identificação e do registro da ocorrência de forma proativa pela CONTRATADA ou por informação da CONTRATANTE.

4.6.7. A prestação de assistência técnica nas dependências da Polícia Federal deverá ser feita pela própria CONTRATADA ou por técnicos comprovadamente credenciados por esta, sem nenhum custo adicional.

4.6.8. O atendimento para contato e abertura de chamados sobre o funcionamento do serviço contratado, deverá ter funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, 100% do tempo contratado.

4.6.9. Os chamados abertos somente poderão ser fechados após autorização por parte do setor técnico responsável pela rede da Polícia Federal - PF.

4.6.10. A empresa deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada/saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da empresa.

4.6.11. A empresa deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

4.6.12. O serviço de assistência técnica executado pela CONTRATANTE possuirá garantia de no mínimo 10 dias após seu fechamento pela Polícia Federal.

4.6.13. Para assegurar a disponibilidade do serviço, a empresa deverá efetuar mensalmente, testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.

4.7. Apresentação e Julgamento da Proposta

4.7.1. O proponente deverá apresentar proposta de preço utilizando-se do modelo de Planilha de Formação de Preços do Anexo "A". Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

4.7.2. A Planilha de Formação de Preços de que trata o Anexo "A" deste Termo de Referência deverá ser preenchida com os preços cotados. O proponente, levando em conta o perfil de tráfego informado, deverá informar os valores ofertados e respectivos totais.

4.7.3. O proponente vencedor deverá apresentar os valores finais de cada serviço, considerando o seu somatório como valor total.

4.7.3.1. O valor total apresentado será considerado o PREÇO GLOBAL ofertado pelo licitante para o LOTE ÚNICO objeto do certame.

4.7.4. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

4.8. Da Capacidade Técnica

4.8.1. A CONTRATADA deverá apresentar na fase de habilitação Certidões ou Atestados de Capacidade Técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando serviços compatíveis com o objeto descrito.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Para planejamento da proposta, a demanda do órgão tem como base as seguintes características apresentadas na tabela abaixo. Estão elencadas as quantidades de minutos estimadas para consumos mensais e anuais máximos previstos, referente aos itens descritos no item 1.2:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CONSUMO/ UTILIZAÇÃO MENSAL PREVISTA	CONSUMO/ UTILIZAÇÃO ANUAL PREVISTA
1	LDN-FF-D1	200	2400
2	LDN-FF-D2	400	4800
3	LDN-FF-D3	3000	36000
4	LDN-FF-D4	24000	288000
5	LDN-FM-VC2	3500	42000
6	LDN-FM-VC3	12000	144000
7	LDI-FF-R1	200	2400
8	LDI-FF-R2	30	360
9	LDI-FF-R3	30	360
10	LDI-FF-R4	30	360
11	LDI-FM-R1	30	360
12	LDI-FM-R2	30	360
13	LDI-FM-R3	200	2400
14	LDI-FM-R4	150	1800

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Avaliação da qualidade dos serviços prestados será realizada por meio do registro de pontuação para os eventos negativos verificados na prestação e cobrança dos serviços.

6.2. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a empresa, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

INFRAÇÕES	PONTOS
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências (por chamada não atendida)	0,3
Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por itens	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 10 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.	1,0

Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 (cinco) dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário	0,3
Não restabelecimento do serviço no prazo de 2 (duas) horas, contadas da abertura do chamado.	0,5
Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (por evento)	0,5
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE	1,0
Fechamento de chamado técnico por parte da CONTRATADA sem autorização prévia do setor responsável da Polícia Federal – PF	1,0

6.3. A cada registro de ocorrência de infração será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

6.4. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela empresa, sem ônus para a CONTRATANTE.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. Do Prazo de Instalação

8.1.1. A empresa deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração. No máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência.

8.1.2. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da empresa serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação.

8.1.3. As alterações de endereço para locais onde a empresa já se encontra instalada e não possui infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

8.2. Da Aceitação dos Serviços

8.2.1. Provisória.

8.2.1.1 A aceitação provisória do serviço será realizada por comissão designada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

8.2.2. Definitiva

8.2.2.1 A aceitação definitiva ocorrerá após o recebimento dos testes de taxa de erro e faturas detalhadas dos serviços prestados, que julgados em perfeitas condições técnica e administrativa serão aprovados pela comissão designada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação.

9. DA VISTORIA

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de propostas, as licitantes poderão proceder à rigorosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços a serem contratados, observando-se o grau de dificuldade dos serviços. A CGTI/DLOG/PF emitirá DECLARAÇÃO DE VISTORIA para efeito comprobatório.

9.2. As licitantes poderão emitir DECLARAÇÃO própria de que a empresa abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e

peculiaridades, constituindo-se em prerrogativa dos interessados conhecerem os locais de execução dos serviços decorrentes deste Termo de Referência.

9.3. A vistoria não será obrigatória, porém será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora a DECLARAÇÃO DE VISTORIA emitida pela CGTI/DLOG/PF no ato de sua realização ou a DECLARAÇÃO de que a empresa licitante abdicou do direito de tomar ciência e de examinar a área onde os serviços serão prestados, bem como suas características e peculiaridades, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, posto que, não será admitida qualquer alegação posterior, para qualquer fim, de desconhecimento da licitante sobre as condições do local para a realização dos trabalhos decorrentes da licitação, devendo a licitante comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada.

9.4. A vistoria a ser efetuada nas dependências da Polícia Federal deverá ser previamente agendada com a equipe técnica da CGTI/DLOG/PF, através do e-mail cgti@dpf.gov.br ou telefone (61) 2024.9101, em dias úteis, no prazo iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. DO CONTRATO

10.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato, de acordo com a legislação em vigor, com eficácia a partir da data de sua publicação no DOU.

10.2. A CONTRATANTE convocará a CONTRATADA, para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração.

10.3. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

10.4. Vigência Contratual

10.4.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993.

10.5. Reajuste Contratual

10.5.1. Os preços propostos serão majorados, tomando por base o índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que venha a substituí-lo, no caso de extinção, observado os preços praticados no mercado.

10.5.2. A majoração poderá ser aplicada com periodicidade inferior a 1 (um) ano, se assim vier a ser autorizada de acordo com o § 5º, do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha determinar redução de tarifas, essas serão estendidas ao à CONTRATANTE.

10.5.3. Na hipótese de majoração de tarifas, a CONTRATANTE passará a pagar novos valores a partir da data de sua vigência, após assinatura de instrumento de ratificação ou aditivo.

10.6. Dotação Orçamentária

10.6.1. As despesas decorrentes da contratação objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento geral da União para o exercício de 2016, a cargo da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

10.7. Garantia Contratual

10.7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10.7.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

10.7.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

10.7.4.1. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.4.1.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.4.1.2 Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.7.4.1.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

10.7.4.1.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

10.7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.

10.7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

10.7.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

10.7.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.8. A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.8.1. Caso fortuito ou força maior;

10.8.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

10.8.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;

10.8.4 Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

10.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas acima.

10.10. Será considerada extinta a garantia:

10.11. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.12. Com prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

10.13. Pagamento

10.13.1. O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pela comissão de fiscalização, designada em documentação própria, podendo a Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

10.13.2. Caberá a CONTRATADA apresentar as Notas Fiscais correspondentes ao objeto do contrato, no estabelecimento indicado pela CONTRATANTE, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto.

10.13.3. A CONTRATADA deverá indicar, na Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato firmado com a Polícia Federal, CNPJ da CONTRATANTE e ser entregue(s), pela CONTRATADA, ao(s) responsável(is) pela fiscalização deste Instrumento, que somente atestará(ao) e liberará(ao) as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

10.13.4. Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF, CNDT e CADIN antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.13.5. Constatando-se, junto ao SICAF, CNDT e CADIN, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa.

10.13.6. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

10.13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.13.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10.13.9. Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.13.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrente do presente processo.

10.13.11. As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente pelos responsáveis pela fiscalização do contrato, para as devidas retificações e permanecerá pendente até que todas as medidas saneadoras sejam tomadas.

10.13.12. Nos casos previstos no subitem anterior, não haverá qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.13.13. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.13.14. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATANTE deverá exigir reforço da garantia.

10.13.15. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa da repactuação de preços dos contratos.

10.13.16. Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

10.13.17. Alteração Contratual

10.13.18. O contrato decorrente da contratação poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

10.13.19. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

10.14. Vinculação à Proposta

10.14.1. Serão partes integrantes do Contrato, independentemente de transcrição:

- Termo de Referência;
- Proposta apresentada pela CONTRATADA.

10.15. Dos Casos Omissos

10.15.1. A execução do contrato, decorrente da contratação, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

10.15.2. Cumpre destacar que o presente Termo de Referência seguiu as diretrizes estabelecidas nos artigos 9º, 11, 12, 13, e 14 da Instrução Normativa nº 04/2014, da SLTI/MPOG

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da empresa às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pela CONTRATANTE.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

11.6. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições descritas neste termo de referência.

11.7. Impedir que terceiros ou estranhos ao processo forneçam os serviços contratados.

11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA inerentes aos serviços prestados.

11.9. Providenciar as assinaturas pela empresa no Termo de Compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança e no Termo de Ciência da Declaração de manutenção de sigilo, cuja minuta encontra-se no Anexo “B” deste Termo de Referência.

11.10. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.11. Efetuar o pagamento, observada a disponibilidade financeira, nas condições, prazos e preços pactuados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço.

12.2. A execução dos serviços deve alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

12.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

12.6. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

12.7. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”.

12.8. Deverá ser fornecida lista de recorrência para escalonar a ocorrência de problemas e execução de eventuais reparos de infraestrutura pela CONTRATADA.

12.9. Credenciar por escrito um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a empresa, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

12.10. O preposto deverá ser credenciado no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato.

12.11. No momento do afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a empresa deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.

12.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.13. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

12.14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

12.15. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo gestor do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

12.16. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.17. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Polícia Federal.

12.18. Manter seus funcionários identificados por crachá e com uniformes da empresa nas dependências da Polícia Federal quando da execução do serviço, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

12.19. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.21. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.23. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

12.24. Implantar, de forma adequada, gerenciamento da prestação dos serviços, de modo que a CONTRATANTE tenha acesso on line às informações da execução dos serviços.

12.25. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato.

12.26. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

12.27. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a empresa, independente de solicitação.

12.28. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

12.29. Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.

12.30. A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal ou linha deve ser feito sempre em uma nova página.

12.31. Apresentar conforme solicitação relatório com as seguintes informações: somatório dos minutos de interrupção e cálculos percentuais de disponibilidade do período solicitado.

12.32. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.

12.33. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

12.34. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

12.35. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

12.36. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a empresa repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

12.37. Não fazer uso das informações prestadas pelo CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

12.38. A empresa deverá assinar termo de compromisso com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado, cuja minuta encontra-se no Anexo “B” deste Termo de Referência. Pela mesma razão a empresa deverá providenciar o termo de ciência da declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da empresa diretamente envolvidos na contratação.

12.39. Garantir total interoperabilidade de seus equipamentos com os equipamentos da CONTRATANTE, fornecendo proposta de aplicação das interligações, a documentação detalhada, descrevendo todas as soluções que serão adotadas e demais especificações técnicas para aprovação da comissão de fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

12.40. Fornecer a documentação técnica completa em português, atualizada e original dos serviços prestados.

12.41. Prestar toda a orientação à comissão de fiscalização designada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, referente à perfeita utilização dos serviços e sua aplicação para a obtenção de seu máximo desempenho.

12.42. Submeter previamente à CGTI, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade da execução dos serviços e somente alterá-los com autorização da CONTRATANTE.

12.43. Fazer diagnóstico das falhas no serviço, relatadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade, dentro do prazo estabelecido.

12.44. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas qualquer serviço que não esteja de acordo com a boa técnica, normas, projetos ou especificações, ou que atente contra a segurança de terceiros, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades.

12.45. O Contratado deverá sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A subcontratação de serviços de terceiros, por parte da CONTRATADA só será permitida mediante prévia consulta e aceitação por parte da Polícia Federal.

13.2. A utilização de serviços de outras empresas de telefonia visando atender demandas de interconexão, roaming nacional e roaming internacional é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE, dentre outras. Para fins da presente licitação, o uso desses serviços não será entendido como subcontratação.

13.3. Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros permanece a responsabilidade integral da Empresa CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação de atividades das demais empresas, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. Os serviços prestados serão acompanhados, fiscalizados e atestados por comissão designada pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, que também verificará o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições, além de atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

15.2. Caberá à comissão designada atestar a nota fiscal da prestação dos serviços.

15.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.4. Os representantes da CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.7. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. O fiscal ou gestor do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.11. A fiscalização de que trata o item 15 deste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

16.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.4. fraudar na execução do contrato;

16.5. comportar-se de modo inidôneo;

16.6. cometer fraude fiscal;

16.7. não mantiver a proposta.

16.8. Sem prejuízo às sanções previstas neste Termo de Referência e da responsabilidade civil e criminal, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita às seguintes sanções:

16.8.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante conta-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

16.8.2. multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.8.3. multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

16.8.4. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.8.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.8.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.8.7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.8.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

16.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

16.9.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.9.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.9.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A participação, nesta Licitação, importa em total, irrestrita e irretratável aceitação, pelos proponentes, das condições deste Termo de Referência, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições da Licitação fixadas neste.

17.2. Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação poderão ser obtidos no horário de 08:30h às 11:30h e de 14:30h às 17:30h, no Setor de Licitação da CGTI, ou pelos telefones (61) 2024-9028 e 2024-9053 ou no seguinte endereço eletrônico: cpl.cti@dpf.gov.br, desde que, em tempo hábil e até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

17.3. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto 3.555/2000, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo artigo.

17.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.5. Integra este Termo de Referência em anexo:

17.6. Anexo “A” - Planilha de Formação de Preços (Modelo de Proposta);

Brasília, 14 de novembro de 2016.

ANEXO “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Modelo de Proposta)

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS INTENS	PREÇO POR MINUTO	Valor MENSAL	Valor ANUAL
1	Longa Distância Nacional Fixo/ Fixo Degrau 1 - (LDN-FF-D1)			
2	Longa Distância Nacional Fixo/ Fixo Degrau 2 - (LDN-FF-D2)			
3	Longa Distância Nacional Fixo/ Fixo Degrau 3 - (LDN-FF-D3)			
4	Longa Distância Nacional Fixo/ Fixo Degrau 4 - (LDN-FF-D4)			
5	Longa Distância Nacional Fixo/ Móvel - (LDN-FM-VC2)			
6	Longa Distância Nacional Fixo/ Móvel - (LDN-FM-VC3)			
7	Longa Distância Nacional Fixo/Fixo Região 1 - (LDI-FF-R1)			
8	Longa Distância Nacional Fixo/Fixo Região 2 - (LDI-FF-R2)			
9	Longa Distância Nacional Fixo/Fixo Região 3 - (LDI-FF-R3)			
10	Longa Distância Nacional Fixo/Fixo Região 4 - (LDI-FF-R4)			
11	Longa Distância Nacional Fixo/Móvel Região 1 - (LDI-FM-R1)			
12	Longa Distância Nacional Fixo/Móvel Região 2 - (LDI-FM-R2)			
13	Longa Distância Nacional Fixo/Móvel Região 3 - (LDI-FM-R3)			
14	Longa Distância Nacional Fixo/Móvel Região 4 - (LDI-FM-R4)			
			Total	Total

Instruções de Preenchimento:

- A Proposta deverá ter validade mínima de 60 dias.
- Deverão ser preenchidos todos os serviços da Planilha de Formação de Preços respectiva, segundo os quantitativos indicados no objeto da contratação (Item 1.2 do Termo de Referência).
- A oferta de lances (diminuição de preços), durante a sessão do Pregão Eletrônico, deverá ser feita para cada item.